



OLIMPIADA
JURÍDICA
ESCOLAR 2025

3ª FASE: CASO FINAL



Prezadas equipes,

Vivemos em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente. Tecnologias digitais atravessam fronteiras em segundos; mudanças climáticas provocam desastres ambientais em escala planetária; a inteligência artificial transforma o mercado de trabalho sem respeitar limites geográficos. Ao mesmo tempo, a proliferação de armas de destruição em massa, as migrações forçadas, a fome crônica em regiões inteiras, epidemias evitáveis e a violação constante dos direitos fundamentais compõem um cenário de urgência global.

Diante dessa realidade, pensadores contemporâneos, como Luigi Ferrajoli, têm defendido que o planeta precisa de uma nova base de organização jurídica. Segundo ele, as catástrofes ecológicas, o risco de guerras nucleares, a exploração ilimitada do trabalho, a fome e a negligência com doenças curáveis, as violações generalizadas dos direitos humanos e as migrações em massa são emergências planetárias que exigem soluções jurídicas globais. Nenhum Estado isoladamente é capaz de lidar com esses desafios. Por isso, seria necessário construir uma Constituição da Terra: um pacto jurídico global, capaz de garantir direitos fundamentais universais, proteger bens comuns da humanidade e instituir freios ao poder dos Estados e das grandes corporações.

Esse é o ponto de partida do desafio de vocês.

Imagine que o ano é 2045. Após décadas de agravamento das crises climáticas, aumento das desigualdades, colapso de sistemas públicos de saúde e sucessivas ondas migratórias causadas por guerras e escassez de recursos naturais, a Organização das Nações Unidas convocou uma Assembleia Constituinte Planetária para redigir uma nova Constituição para a humanidade.

Cabe à sua equipe representar um grupo de delegados dessa Assembleia Constituinte. Sua missão é elaborar uma proposta de Constituição Global que responda aos grandes dilemas transnacionais da atualidade, abordando, entre outros temas:

- a proteção do meio ambiente e a justiça climática;
- o desarmamento e o controle da produção de armas;
- a garantia de direitos sociais universais (educação, saúde, moradia, renda mínima);
- o combate à fome e o acesso igualitário a vacinas e medicamentos;
- o enfrentamento da exploração econômica e das novas formas de escravidão moderna;
- a regulação ética das tecnologias emergentes e da inteligência artificial;
- o tratamento jurídico das migrações internacionais e o direito à hospitalidade;
- a criação de instituições de garantia supranacionais para fiscalizar e aplicar esse novo ordenamento global.



Sua proposta não precisa seguir modelos tradicionais de Constituição nacional. Pelo contrário, vocês são convidados a inovar: na linguagem, na forma, nos conceitos e nas soluções. A proposta deve refletir os princípios da justiça, da dignidade humana, da sustentabilidade e da cooperação entre os povos.

No dia 16 de maio de 2025, às 14h, uma banca de avaliadores irá se reunir para analisar e debater as propostas apresentadas. Cada equipe terá 30 minutos para defender sua Constituição Global, podendo usar recursos visuais, digitais e artísticos. Em seguida, a banca fará perguntas. A presença de amigos, professores e familiares é bem-vinda! Esperamos vocês na FDV!

